



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 3/2013

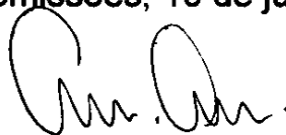
Declara o Distrito de São Martinho
como a Capital Paranaense dos
Embutidos.

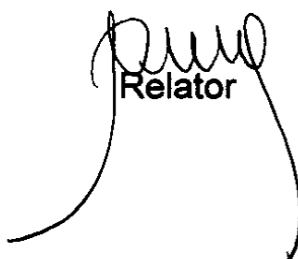
Art. 1º Fica instituído o Distrito de São Martinho, pertencente ao Município de Rolândia, como a Capital Paranaense dos Embutidos, fato a ser comemorado anualmente no último final de semana do mês de julho.

Parágrafo único. A comemoração passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 76/2013

Cria uma rede previamente definida para o parto que vincule cada unidade pré-natal do SUS à garantia de acesso automático a uma dada maternidade.

Art. 1º Toda gestante do território paranaense deve ter garantido o acesso e a atenção à saúde no pré-natal, parto e puerpério na Rede Materna Infantil do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O atendimento de pré-natal no SUS deverá ser realizado nas Unidades de Atenção Primária à Saúde, nas Unidades de Saúde da Família, nos Ambulatórios Especializados de maternidades, hospitais, consórcios ou de outros equipamentos de saúde, conforme estratificação de risco realizada na Atenção Primária.

Parágrafo único. Toda gestante atendida no pré-natal da rede SUS deve, obrigatoriamente, ser vinculada a um hospital para realização do parto conforme estratificação de risco.

Art. 3º Os serviços de saúde de média e alta complexidade (hospitais gerais e maternidades), credenciados e/ou contratualizados para realização do parto no SUS, devem garantir a vinculação do parto para as gestantes usuárias do SUS, em concordância com os fluxos de vinculação/estratificação de risco da Rede Materno Infantil.

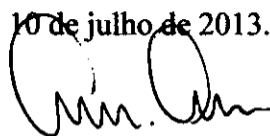
Parágrafo único. Os hospitais e maternidades contratualizados para a realização do parto de gestantes atendidas no SUS devem estar enquadrados na tipologia do Risco Habitual ou Risco Intermediário ou Alto Risco, definida pela Área Técnica da Secretaria de Estado da Saúde, pactuada na Comissão Intergestores Bipartite.

Art. 4º A retaguarda dos hospitais e maternidades de Risco Habitual ou Risco Intermediário deverá ser garantida pelos serviços de saúde de Alto Risco, da abrangência territorial definida e pactuada nas Comissões Intergestores Bipartites Regionais.

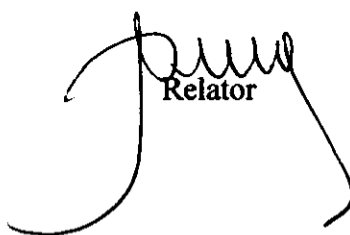
Art. 5º A Secretaria de Estado da Saúde, em noventa dias a partir da publicação desta Lei, por meio de resolução, regulamentará critérios que atendam ao objeto da presente Lei, visando à universalidade e a integralidade do atendimento à gestante.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 257/13

Súmula: Institui o auxílio-transporte, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

§ 1º O auxílio-transporte tem como fundamento de concessão a utilização em despesa de deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

§ 2º O auxílio-transporte tem natureza indenizatória e não se incorpora à remuneração do servidor, para qualquer efeito.

§ 3º O auxílio-transporte não será devido nos afastamentos, mesmo aqueles considerados de efetivo exercício e não será pago em razão de férias e décimo terceiro salário.

§ 4º O auxílio-transporte sofrerá descontos proporcionais em razão de faltas e afastamentos ao serviço.

Art. 2º O valor do auxílio-transporte será de R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais), a ser pago na data do depósito do pagamento do servidor, independente da categoria profissional a que pertença o servidor.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação da vantagem prevista nesta lei, caso necessário.

Art. 3º O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores que gozarem de isenção no transporte público por força de legislação específica, e àqueles cujo órgão proporcione transporte para o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 4º Para fazer jus ao recebimento da vantagem referida nesta Lei, computar-se-á a totalidade da remuneração do servidor, até o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais).

§ 1º O cálculo da totalidade da remuneração incluirá o acúmulo permitido com cargo de provimento em comissão, funções comissionadas e gratificações de qualquer natureza.

§ 2º Excluem-se da base de cálculo da remuneração os valores percebidos pelos servidores públicos a título de adicional noturno e serviço extraordinário.

§ 3º O valor do auxílio-transporte previsto no artigo 2º e o valor limite de



remuneração para concessão do auxílio-transporte, a que se refere o *caput* deste artigo, serão reajustados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no dia primeiro de maio de cada ano, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a partir do ano 2014.

Art. 5º Fica excepcionada a aplicação do valor da vantagem referida nesta Lei aos servidores regidos pelas Leis Complementares nº 103/2004 e nº 123/2008.

Art. 6º Os dispositivos da Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990 e seus decretos regulamentadores, a partir da data da publicação desta Lei, aplicam-se aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 24/06/2013

Presidente

MENSAGEM

Nº 063 /2013

Curitiba, 19 de junho de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

O vale-transporte, instituído e concedido pela Lei Estadual nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990, apresentou sempre uma série de dificuldades de operacionalização, seja no tempo em que o mesmo se constituía de meio físico (fichas) como no atual momento em que são creditados em cartões.

Os problemas operacionais são tanto de ordem funcional – controle das quantidades em funções de faltas e afastamentos que impedem o crédito global ou o crédito na quantidade necessária e no tempo certo – quanto de ordem prática, já que em alguns municípios não existem meios físicos ou magnéticos para sua utilização.

Em algumas situações, os órgãos estaduais não adquirem os vales em quantidade necessária para cumprir a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em não ultrapassar o limite mensal de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a aquisição de tais vales e em outros – e por imperiosa necessidade de serviço – acabam descumprindo tal recomendação, incorrendo em situações de impasse junto àquele órgão de controle de contas.

Portanto, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP considera que a melhor alternativa seja a transformação do vale-transporte em auxílio-transporte (pecúnia), despesa essa classificada como custeio e sem maiores impactos junto ao Tesouro, mas de grande operacionalização para o servidor beneficiado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.758.509-3.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 24/06/2013 005495 DP ASSMBLIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A presente proposta fixa o valor do auxílio em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) para duas passagens diárias, considerando a tarifa média do Estado, ou seja, R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) computada a partir de maio de 2013, a ser concedida a todos os servidores estatutários da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e Contratos de Regime Especial – CRES, cuja remuneração não ultrapasse o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais), valor equivalente a três salários mínimos.

Considerando os dados do setor RHI/SEAP relativos a fevereiro de 2013, essa medida alcançará um universo em torno de trinta mil e duzentos servidores, tendo um acréscimo mensal de R\$ 302.000,00 (trezentos e dois mil reais) sobre um dispêndio mensal de R\$ 3.440.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil reais).

Por último, cabe mencionar que não serão abrangidos pela presente medida os servidores que já gozem de isenção no transporte público, por força de legislação específica.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2013

Projeto de Lei nº. 257/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 063/2013

Súmula: Institui o auxílio-transporte, conforme especifica.

EMENTA: CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE A SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONFORMIDADE COM LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO, NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo conceder auxílio transporte aos servidores estatutários do quadro funcional do Estado do Paraná, nos termos que especifica.

O servidor que ganhar até três salários mínimos fará jus a percepção do referido auxílio-transporte, excetuados àqueles que gozarem de isenção de pagamento de transporte público em razão da idade ou legislação específica, bem como àqueles que estão exercendo funções em órgãos que proporcione transporte da residência ao trabalho, e vice-versa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo **ou aumento de sua remuneração** e, ainda, leis que disponham sobre o funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, na forma pretendida.

Por fim, devemos observar que o projeto em questão não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, e quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Apenas para aprimorar o projeto, segue anexa emenda modificativa, a qual altera a redação do § 1º do art. 4º do Projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, **na forma da emenda modificativa anexa.**

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPTUADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

02/07/13

[Handwritten signatures and initials of various deputies, including Dr. Aricles, Dr. Nelson Justus, Dr. Ademar Traiano, Dr. Carlos, Dr. Edison, and others.]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 257/2013

Altera a redação do § 1º do art.
4º do Projeto de Lei nº
257/2013.

Art. 1º O § 1º do art. 4º do Projeto de Lei nº 257/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

"§ 1º O cálculo da totalidade da remuneração incluirá o acúmulo permitido com cargo de provimento em comissão, funções comissionadas e gratificações de qualquer natureza, ressalvadas aquelas que, por ato normativo, já estejam nesta data excluídas da base de cálculo para a concessão de vale-transporte."

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Relator

APROVADO

02/07/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 063/13, que institui o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Deputado Ademar Traiano, exarou o devido parecer favorável, com Emenda Modificativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a Constituição Estadual em seu art. 65, 66 e 87, assegura a competência e iniciativa do Governador para propor matérias desta natureza.

Vale ressaltar que a proposta objeto do presente Plano de Lei está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada de informação prestada pelo setor RHI/SEAP relativo a fevereiro de 2013, dando conta de que haverá um acréscimo mensal de R\$302.000,00 (trezentos e dois mil reais).

Assevera ainda, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP que é melhor que seja transformado o vale-



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

transporte em auxílio transporte (pecúnia), despesa essa classificada como custeio e sem maiores impactos junto ao Tesouro.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12

Ass.
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRÉSIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR

DEP. WALDIR DELLES

DEP. ENIO JERMI

DEP. CLIO RUSCH



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2013

O Projeto de Lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 63/2013, "Institui o auxílio-transporte", em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer Favorável para a mesma, com Emenda Modificativa, que objetiva alterar a redação do § 1º do art. 4º, e a Comissão de Finanças exarou Parecer Favorável

A presente proposta fixa o valor do auxílio em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) para duas passagens diárias, considerando a tarifa de maio de 2013, a ser concedida a todos os servidores estatutários da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e Contratos de Regime Especial – CRES, cuja remuneração não ultrapasse o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais), valor equivalente a três salários mínimos.

Conforme dados do setor RHI/SEAP relativos a fevereiro de 2013, essa medida alcançará um universo em torno de trinta mil e duzentos servidores, tendo um acréscimo mensal de R\$ 302.000,00 (trezentos e dois mil reais) sobre um dispêndio mensal de R\$ 3.440.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil reais).

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**.

É o parecer

Sala das comissões, 08 de julho de 2013

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR

San Francisco Bühner

~~Parker~~ Edison



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 14/06/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Lei nº 17.598 - 12/06/2013.

Veto Parcial 14/13

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 071/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 249/2012, por considerar a parte vetada inconstitucional, conforme os motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 249/12, de autoria parlamentar, objetiva dispor sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 5º.

O não acolhimento ao referido artigo decorre de sua inconstitucionalidade, vez que, ao determinar a obrigatoriedade de regulamentação da lei no prazo de noventa dias da data de sua publicação, impõe obrigações indevidas ao Poder Executivo, violando o princípio constitucional da Separação dos Poderes, pois é de competência privativa do Governador do Estado a prerrogativa constitucional de expedir decretos regulamentares, bem como o momento oportuno de fazê-lo, conforme dispõe o artigo 87, inciso V, da Constituição Estadual. Diversas são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, como, por exemplo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.393, Relator Ministro Sydney Sanches.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 17 JUN. 2013
1º Secretário

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.514.035-3

Publicada no Diário Oficial
Nº 8976 de 14/06/13
Republicada no Diário Oficial
Nº de / /



Lei nº. 17598

Data 12 de junho de 2013.

Súmula Dispõe sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As entidades responsáveis pela organização e/ou realização de vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares que aglutinem no mesmo local duas mil pessoas ou mais deverão manter no local da realização, às suas expensas, equipe de paramédicos e ambulância para atendimento de primeiros socorros.

Art. 2º Os profissionais da equipe paramédica deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes, na forma da legislação vigente.

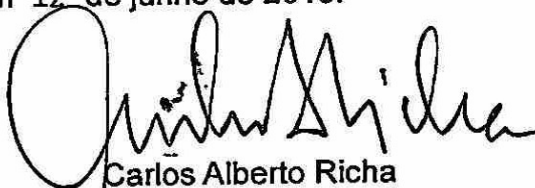
Art. 3º A ambulância e a equipe de paramédicos deverão permanecer no local da realização do evento em todo o seu período de duração, estando presentes com antecedência de uma hora à abertura dos portões e trinta minutos após o encerramento, posicionando-se em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de trinta Unidades de Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 5º ...Vetado...

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de junho de 2013.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado



Alípio Santos Leal Neto
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Cid Marcus Vasques
Secretário de Estado da Segurança Pública

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Nelson Luersen
Deputado Estadual

Publicada no Diário Oficial	
Nº 8976	de 12 de 12
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de / /



Projeto de Lei nº 249/12
(Autoria do Deputado Nelson Luersen)

Dispõe sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º As entidades responsáveis pela organização e/ou realização de vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares que aglutinem no mesmo local duas mil pessoas ou mais deverão manter no local da realização, às suas expensas, equipe de paramédicos e ambulância para atendimento de primeiros socorros.

Art. 2º Os profissionais da equipe paramédica deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes, na forma da legislação vigente.

Art. 3º A ambulância e a equipe de paramédicos deverão permanecer no local da realização do evento em todo o seu período de duração, estando presentes com antecedência de uma hora à abertura dos portões e trinta minutos após o encerramento, posicionando-se em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de trinta Unidades de Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contado a partir da data de sua publicação oficial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

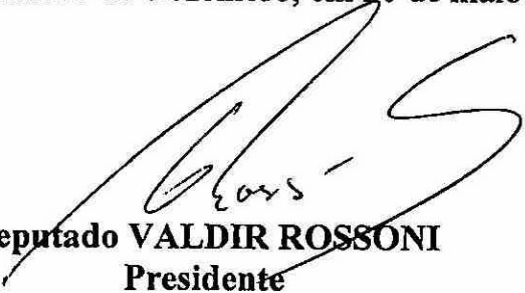
Projeto de Lei nº 249/12

fls.02. Pág.



Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 20 de maio de 2013.



Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

O Projeto objetiva atender milhares de pessoas que prestam concursos, frequentam shows ou que são envolvidas na organização desses eventos e que muitas vezes precisam de um atendimento médico de urgência devido a problemas de saúde ou estresse emocional e físico.

As disposições vigentes já preveem a presença de equipamentos e ambulâncias nos grandes parques, assim como nos estádios de futebol, ginásios poliesportivos e demais lugares com grande número de pessoas.

Sabe-se que na maioria das vezes é cobrada taxa de inscrição ou entrada para participação desses programas, e muitas vezes com elevados valores, os quais, com certeza, poderiam servir para custear a implantação da medida proposta.

Outrossim, ressalta-se que geralmente concursos e shows têm duração prolongada, impedindo que os participantes se alimentem adequadamente, causando mal estar e eventuais emergências médicas.

Por se tratar de matéria de interesse público e de relevância para a saúde social é que se conta com o apoio dos Nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação da Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 14/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 14/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 249/2012, de autoria do Deputado Nelson Luersen, que dispõe sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 249/2012, de autoria do Deputado Nelson Luersen que dispõe sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 249/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo na data de **22 de Maio de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 14/2013, foi exarada em data de **12 de Junho de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, hajavista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 25 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERCILIO TURINI
RELATOR

APROVADO

25/06/13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/SEEG nº 152 /2013.

Curitiba, 12 de junho de 2013.

Veto Parcial nº 15/13

Lei 17.599 - 12/06/2013.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 17/06/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 067/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 675/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, conforme os motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 675/2011, de autoria parlamentar, objetiva instituir a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 8º.

O não acolhimento ao referido artigo decorre de razões de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois, no caso em exame, embora a matéria de fundo possa também ser de iniciativa legislativa de membro do Poder Legislativo, a disposição prevista no dispositivo ora vetado cria atribuições à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, violando o contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, senão veja-se:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 17 JUN. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. nº 11.219.504-1

Publicada no Diário Oficial
Nº 8986 de 17/06/13
Republicada no Diário Oficial
Nº de 17/06/13



Lei nº. 17599

Data 12 de junho de 2013.

Súmula Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

Art. 2º Para fins desta Lei entende-se por Agroindústria Familiar o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, conforme definido no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar e/ou industrializar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquíferas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples como: secagem, classificação, limpeza, processamento mínimo e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações agroindustriais envolvendo transformações físicas, químicas e/ou biológicas.

Art. 3º A Política Estadual de Agroindústria Familiar tem por finalidade a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda para os agricultores familiares e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

Art. 4º São beneficiários da Política Estadual de Agroindústria Familiar aqueles elencados no art. 3º da Lei Federal nº 11.326/06.

Art. 5º A Política Estadual de Agroindústria Familiar desenvolver-se-á com base nos seguintes objetivos:

I – implantação e desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, possibilitando a geração de empregos e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores;

II – obtenção de produtos diferenciados e agregação de valor aos produtos agropecuários, contribuindo para a permanência da família na atividade e a diminuição do êxodo rural;

III – promoção do cooperativismo, do associativismo e de outras formas de organização de economia popular e solidária;

IV – adequação, racionalização e otimização do uso dos recursos humanos e naturais nos estabelecimentos rurais, com base no desenvolvimento sustentável tanto sob a ótica social quanto ambiental;

V – orientação para participação e o cumprimento das exigências e objetivos das Leis Federais nºs. 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003;

VI – ampliação do desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios visando à geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população rural.

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Agroindústria Familiar:

I – o crédito rural e/ou industrial, tanto para custeio, capital de giro e/ou investimento em rubricas especiais e específicas direcionadas para a Agricultura Familiar;

II – os incentivos creditícios, fiscais e tributários;

III – a regularização da atividade e dos produtos sob a ótica jurídica, sanitária, fiscal e ambiental;

IV – o ensino, a pesquisa e a assistência técnica voltados à produção, gestão, industrialização, mercado e comercialização;

V – a certificação e criação de um selo “Produto da Agricultura Familiar do Paraná” de origem e de qualidade de produtos destinados à comercialização para o consumo humano;

VI – a promoção e a comercialização dos produtos;

VII – a capacitação profissional;

VIII- a comercialização geral estabelecida nas Leis Federais nºs. 11.947/09 e 10.689/03.

Art. 7º A Política Estadual de Agroindústria Familiar poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada, mediante:

I – análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

II – orientação e acompanhamento na execução dos projetos a serem desenvolvidos;

III – desenvolvimento de atividades de formação profissional nas áreas da produção, gestão administrativa, industrialização e comercialização;

IV – apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, através de feiras, festas, exposições, mercados e centrais de comercialização e abastecimento;

V – estímulo à criação de redes de comercialização solidárias que articulem as Agroindústrias Familiares e as organizações de comunidades urbanas.

Art. 8º ...Vetado...

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de junho de 2013.

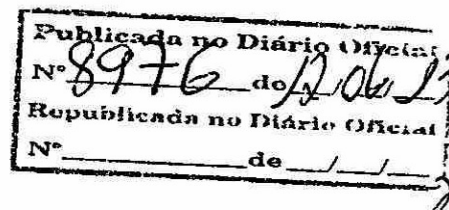


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Andre Bueno
Deputado Estadual





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 675/11 (Autoria do Deputado André Bueno)

Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

Art. 2º Para fins desta Lei entende-se por Agroindústria Familiar o empreendimento de propriedade de agricultores familiares, conforme definido no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar e/ou industrializar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquíferas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples como: secagem, classificação, limpeza, processamento mínimo e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações agroindustriais envolvendo transformações físicas, químicas e/ou biológicas.

Art. 3º A Política Estadual de Agroindústria Familiar tem por finalidade a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda para os agricultores familiares e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

Art. 4º São beneficiários da Política Estadual de Agroindústria Familiar aqueles elencados no art. 3º da Lei Federal nº 11.326/06.

Art. 5º A Política Estadual de Agroindústria Familiar desenvolver-se-á com base nos seguintes objetivos:

I – implantação e desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, possibilitando a geração de empregos e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores;

II – obtenção de produtos diferenciados e agregação de valor aos produtos agropecuários, contribuindo para a permanência da família na atividade e a diminuição do êxodo rural;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 675/11

fls.02.

III – promoção do cooperativismo, do associativismo e de outras formas de organização de economia popular e solidária;

IV – adequação, racionalização e otimização do uso dos recursos humanos e naturais nos estabelecimentos rurais, com base no desenvolvimento sustentável tanto sob a ótica social quanto ambiental;

V. – orientação para participação e o cumprimento das exigências e objetivos das Leis Federais n.ºs. 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.689, de 13 de junho de 2003;

VI – ampliação do desenvolvimento sustentável nos pequenos municípios visando à geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população rural.

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Agroindústria Familiar:

I – o crédito rural e/ou industrial, tanto para custeio, capital de giro e/ou investimento em rubricas especiais e específicas direcionadas para a Agricultura Familiar;

II – os incentivos creditícios, fiscais e tributários;

III – a regularização da atividade e dos produtos sob a ótica jurídica, sanitária, fiscal e ambiental;

IV – o ensino, a pesquisa e a assistência técnica voltados à produção, gestão, industrialização, mercado e comercialização;

V – a certificação e criação de um selo “Produto da Agricultura Familiar do Paraná” de origem e de qualidade de produtos destinados à comercialização para o consumo humano;

VI – a promoção e a comercialização dos produtos;

VII – a capacitação profissional;

VIII- a comercialização geral estabelecida nas Leis Federais n.ºs. 11.947/09 e 10.689/03.

Art. 7º A Política Estadual de Agroindústria Familiar poderá ser planejada e executada de forma participativa e descentralizada, mediante:

I – análise da viabilidade técnica e econômica dos projetos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 675/11

fls.03.



II – orientação e acompanhamento na execução dos projetos a serem desenvolvidos;

III – desenvolvimento de atividades de formação profissional nas áreas da produção, gestão administrativa, industrialização e comercialização;

IV – apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, através de feiras, festas, exposições, mercados e centrais de comercialização e abastecimento;

V – estímulo à criação de redes de comercialização solidárias que articulem as Agroindústrias Familiares e as organizações de comunidades urbanas.

Art. 8º A execução e coordenação do programa previsto por esta Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de maio de 2012.



Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná, consolidando esse segmento como uma alternativa de geração de oportunidades de trabalho e renda para os pequenos agricultores e contribuindo para o combate à fome e à miséria.

Tal proposta possibilitará a valorização econômica e social da agricultura familiar através da sua integração às políticas de segurança alimentar e nutricional sustentável, com amparo nas Leis Federais nº 11.326, de 24 de julho 2006, que dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e nº 10.689, de 13 de junho de 2003, que criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação. Esse é, sem dúvida, mais um passo importante em direção ao desenvolvimento sustentável, fortalecendo diretamente os municípios com a geração de emprego, renda e qualidade de vida.

Com a aprovação dessa proposição o Estado estará invertendo prioridades nas políticas públicas e contribuindo na descentralização do desenvolvimento socioeconômico.

À medida que o volume de produtos agroprocessados aumenta no Estado, diminui o número dos que cultivam matéria-prima para as grandes empresas. Esse indicativo demonstra uma clara tendência de especialização, de concentração e, conseqüentemente, de exclusão de produtores. Desse modo, aqueles que não conseguem acompanhar a evolução tecnológica estão sendo excluídos do processo produtivo.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização na qual a família, de forma individual ou associativa, produz, processa e/ou transforma parte de sua mercadoria visando, sobretudo, a constituição de valor de troca a se realizar na comercialização. Destacam-se os seguintes aspectos: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos de escalas menores, bem como processos artesanais, mão de obra e procedência da matéria-prima próprios em sua maior parte, ou de vizinhos.

No entanto, a implantação das agroindústrias, por si só, não garante agregação de valor aos produtos tradicionais desse segmento e, tampouco, a melhoria nas condições de vida da população. Para garantir o êxito nessa atividade é necessário desenvolver ações que vão desde a organização dos grupos, produção da matéria-prima, processamento e embalagem, até as estratégias de comercialização.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 675/11

fls.05.



A fim de evitar o isolamento ou a concorrência entre as pequenas empresas, essa política poderá dar prioridade a grupos organizados que façam parte de uma articulação regional em torno de um plano de desenvolvimento.

Iniciativas dessa natureza também atenderão à demanda existente de grande parte da população que possui preferência por mercadorias coloniais fabricadas por processos tecnológicos e sociais sustentáveis, que têm sido uma tendência internacional, reforçando a necessidade da criação de políticas permanentes para o setor.

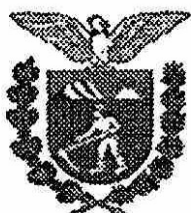
Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2003 revelam que a participação da agricultura familiar representa mais de 84% dos imóveis rurais do país, constituindo mais de 4,1 milhões de estabelecimentos nesse meio. Ainda, é responsável por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira, merecendo destaque: feijão (70%), mandioca (84), suínos (58%), bovinocultura de leite (54%), milho (49%) e aves e ovos (40%).

Nesse sentido, nota-se a relevância do processo citado como alternativa para a permanência dos trabalhadores no meio rural e também na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que visa o rural como um todo e não somente ligado à produção agrícola.

Além de ser alternativa de geração de renda, há duas outras contribuições: a primeira é a criação de oportunidades de inclusão social, principalmente para os grupos menos privilegiados, como mulheres, jovens e idosos que, tornando-se ativos, podem representar o início ou reinício da construção da cidadania, com o resgate de seus valores sociais e culturais. A segunda consiste na promoção da participação dos envolvidos no processo produtivo e no mercado.

No mercado competitivo, e com tendência de ampliação na escala de produção das grandes agroindústrias de forma concentrada, a opção de geração de renda e agregação de valor está na criação de produtos diferenciados e também na articulação de redes de cooperação, cujo objetivo é buscar economias de escala, viabilizando o acesso ao mercado nacional e ao internacional.

Assim, submete-se a matéria à apreciação de Vossas Excelências, esperando, ao final, o seu acolhimento e a aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 15/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 15/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 675/2011, de autoria do Deputado André Bueno, que institui a política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 675/2011, de autoria do Deputado André Bueno, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná; tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 675/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo na data de **22 de Maio de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 15/2013, foi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

exarada em data de 12 de Junho de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 25 de Junho de 2013.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR

[Assinatura]
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25/06/13

[Assinatura] Dep. Alexandre Am...

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 14/06/2013

Presidente

Veto Parcial nº 16/13

Lei nº 17.600 - 12/06/2013.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, ~~vetei~~ parcialmente, o Projeto de Lei nº 882/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 882/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições dos artigos 2º, 5º, 6º, 7º e 8º.

Sob o ponto de vista jurídico, especialmente quanto à constitucionalidade formal orgânica do Projeto de Lei em análise, constata-se que o ente federativo do Estado do Paraná não poderia ter legislado sobre as matérias constantes nos artigos ora vetados, senão veja-se.

O artigo 22 da Constituição Federal elenca as matérias cuja competência legislativa é privativa da União,

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Nesse passo, à União cabe dispor, privativamente, sobre as condições para o exercício das profissões. No caso em tela, o Projeto de Lei nº 882/2011, especialmente nos artigos 2º, 5º, 6º, 7º e 8º, claramente dispõe

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.334.168-8

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 17 JUN. 2013

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

sobre assunto (condições para o exercício da profissão de artesão) cuja competência a Constituição Federal deferiu com privatividade à União. Em caso análogo, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou:

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 2.769/2001, do Distrito Federal. Competência Legislativa. Direito do trabalho. Profissão de motoboy. Regulamentação. Inadmissibilidade. Regras sobre direito do trabalho, condições do exercício de profissão e trânsito. Competências exclusivas da União. Ofensa aos arts. 22, incs. I e XVI, e 23, inc. XII, da CF. Ação julgada procedente. Precedentes. **É inconstitucional a lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão, sobretudo quando esta diga à segurança de trânsito. (ADI 3610 / DF - DISTRITO FEDERAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. CEZAR PELUSO Julgamento: 01/08/2011 Órgão Julgador: Tribunal Pleno)**

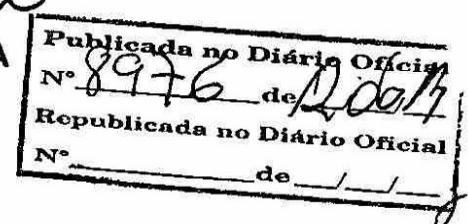
No caso em exame, embora a matéria de fundo – instituição da Política Estadual de Valorização do Artesanato – possa também ser de iniciativa legislativa do Estado do Paraná, as disposições previstas nos citados artigos tratam de matéria cuja competência legislativa é privativa da União.

Consequentemente, em relação a tais artigos do projeto aprovado, os mesmos incorreram no vício de inconstitucionalidade formal orgânica, dispondo sobre matéria que a Constituição Federal reservou à União.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado





Lei nº. 17600

Data 12 de junho de 2013.

Súmula Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Art. 2º ...Vetado...

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

I – valorização da identidade e cultura paranaense, por meio da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;

II – integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;

III – qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção.

IV – definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;

V – identificação dos artesãos e das atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;

VI – certificação da qualidade do artesanato, com valorização dos produtos e das técnicas artesanais.

Art. 4º O artesanato paranaense, desde que atendidos os critérios definidos no art. 2º desta Lei, será assim classificado para fins de certificação:

I – artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, no qual se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade;

II – artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva os costumes e a cultura de um determinado povo ou região;

III – artesanato típico regional ético: entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação e colonização do Estado;

IV – artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou apele inovação tecnológica pelo uso de novos materiais.

V – artesanato manual: modalidade que exige destreza e habilidades com padrões pré-definidos em que a matéria-prima não passa por transformação e a produção é sistemática.

Art. 5º ...Vetado...

Art. 6º ...Vetado...

Art. 7º ...Vetado...

Art. 8º ...Vetado...

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de junho de 2013.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Claudio Romanelli
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Antônio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 882/11 (Autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto)

Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se:

I – artesão: aquele de detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças;

II – artesanato: o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano, produzidos de maneira independente, usando-se matéria-prima em seu estado natural ou processada industrialmente, em cuja produção a destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão, e que sejam comercializados por meio de entidade incentivadora da atividade ou encaminhados diretamente ao consumidor final, sem intermediários.

§ 1º Não será considerado artesão:

I – aquele que trabalhar de forma industrial, com predomínio de máquinas e utilizar trabalho assalariado ou de produção em série industrial;

II – aquele que realizar somente uma parte do processo da produção artesanal, sem conhecimento técnico ou participação do restante, até seu acabamento final.

§ 2º Não será considerado artesanato o objeto que seja:

I – resultado de simples montagem com matéria industrializada ou produzida por outras pessoas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 882/11

fls.2.

- II – produto alimentício;
- III – produto oriundo de pesca, mesmo da chamada pesca artesanal;
- IV – produto de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas e da ourivesaria;
- V – a reprodução em papel, madeira, tecido e outras matérias-primas de produtos industrializados, bem como a mera reprodução de desenhos de terceiros ou protegidos por direitos autorais;
- VI – a pintura enquanto matéria-prima, exceto quando for técnica principal e enquadrar-se no inciso II do *caput*.

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

- I – valorização da identidade e cultura paranaense, por meio da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;
- II – integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;
- III – qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção.
- IV – definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;
- V – identificação dos artesãos e das atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;
- VI – certificação da qualidade do artesanato, com valorização dos produtos e das técnicas artesanais.

Art. 4º O artesanato paranaense, desde que atendidos os critérios definidos no art. 2º desta Lei, será assim classificado para fins de certificação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 882/11

fls.3.

I – artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, no qual se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade;

II – artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva os costumes e a cultura de um determinado povo ou região;

III – artesanato típico regional ético: entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação e colonização do Estado;

IV – artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou apele inovação tecnológica pelo uso de novos materiais.

V – artesanato manual: modalidade que exige destreza e habilidades com padrões pré-definidos em que a matéria-prima não passa por transformação e a produção é sistemática.

Art. 5º Para fins desta Lei, a atividade do artesão deverá ser registrada junto ao órgão do Estado responsável pelo seu controle, inclusive quanto à matéria-prima utilizada.

Art. 6º Todos os artesãos terão carteira de identificação e registro, com validade de quatro anos, renovável ao final do período.

Art. 7º Para obter o registro, o artesão deverá demonstrar conhecimento e domínio prático da atividade artesanal.

Parágrafo único. A avaliação para a concessão de registro do artesão deverá ser objetiva e orientada pelos seguintes critérios:

I – conhecimento da matéria-prima e da sua aplicação no artesanato;

II – capacitação e domínio técnico completo;

III – estética e acabamento da peça.

Art. 8º O interessado deverá, em todos os casos, demonstrar que realiza o trabalho de elaboração da peça do princípio ao fim, apresentando amostras do artesanato.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Projeto de Lei nº 882/11

fls.4.

Parágrafo único. O artesanato que alcançar padrões de qualidade e *design* especificados em regulamento será certificado por selo de qualidade que lhe ateste tais padrões.


Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 20 de maio de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 882/11

fls.5.

JUSTIFICATIVA

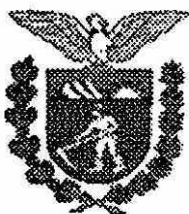
Este Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Estadual de Valorização ao Artesanato no Estado como forma de expressão cultural e como atividade econômica.

O fomento e a valorização do artesanato e de seu produtor são fundamentais para a realização de ações voltadas à manutenção da identidade histórica e das tradições culturais, regionais e típicas da sociedade e um importante meio para a geração de trabalho e renda.

O artesão paranaense obterá espaço na formalidade mediante teste no qual seja comprovado o seu conhecimento da técnica para processar determinada matéria-prima, podendo ser avaliado por uma comissão representativa de vários órgãos estatais ligados à área (Comissão do Trabalho, Turismo, Cultura, representação dos artesãos, entre outras). Sendo aprovado no referido teste, torna-se cadastrado, recebendo uma carteira de identificação que comprova a qualidade de seus produtos.

Pretende-se assim, por meio de instrumento legal, consolidar o conceito e a classificação que envolve o artesanato, visando valorizá-lo e protegê-lo de eventuais critérios subjetivos, evitando que a atividade seja desvirtuada pela cópia de objetos, prejudicando o valor intrínseco da habilidade manual.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da matéria, como forma de incentivo aos artesãos paranaenses.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 16/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 16/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 882/2011, de autoria do Deputado Antônio Anibelli Neto, que instituiu a Política Estadual de Valorização do Artesanato.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 882/2011, de autoria do Deputado Antônio Anibelli Neto, que institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 882/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo na data de **23 de Maio de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 16/2013, foi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

exarada em data de 12 de Junho de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 25 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

25/06/13